



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)

deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Sem refresco

O PT e seus aliados não terão sequer uma vice-presidência no Legislativo. Tanto a da Câmara quanto a do Senado caberão ao PL de Jair Bolsonaro e Valdemar da Costa Neto. O Congresso assume, assim, seu perfil de centro-direita.

## Operações da Rota e o CNMP

O ex-ouvidor da Polícia no Estado de São Paulo, Cláudio Aparecido da Silva, questiona o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre o comportamento do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), que arquivou 17 inquéritos relacionados às operações Escudo e Verão, deflagradas em 2023 e 2024, que resultaram em mais de 28 mortos em comunidades pobres da Baixada Santista.

## Reclamações via advogado

Segundo o ex-ouvidor, há nas investigações relatos de desrespeito a protocolos de procedimento da PM em ambas as operações, dispensa de laudos de local e outras arbitrariedades. A Ouvidoria foi impedida de acompanhar as investigações, com aval do MP à época, entre outras irregularidades. O ofício foi encaminhado na forma de pedido de esclarecimento ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, pelo escritório de advocacia Portela, Alves e Silva.

## Pedreira para a esquerda

Coordenador de análise política da BMJ Consultores Associados, Lucas Fernandes alerta que a tendência para as próximas eleições presidenciais brasileiras é um fortalecimento das candidaturas alinhadas a pautas conservadoras e nacionalistas. “Essa nova onda global da direita, impulsionada com o retorno de Donald Trump à Casa Branca, certamente baterá aqui”, avalia.

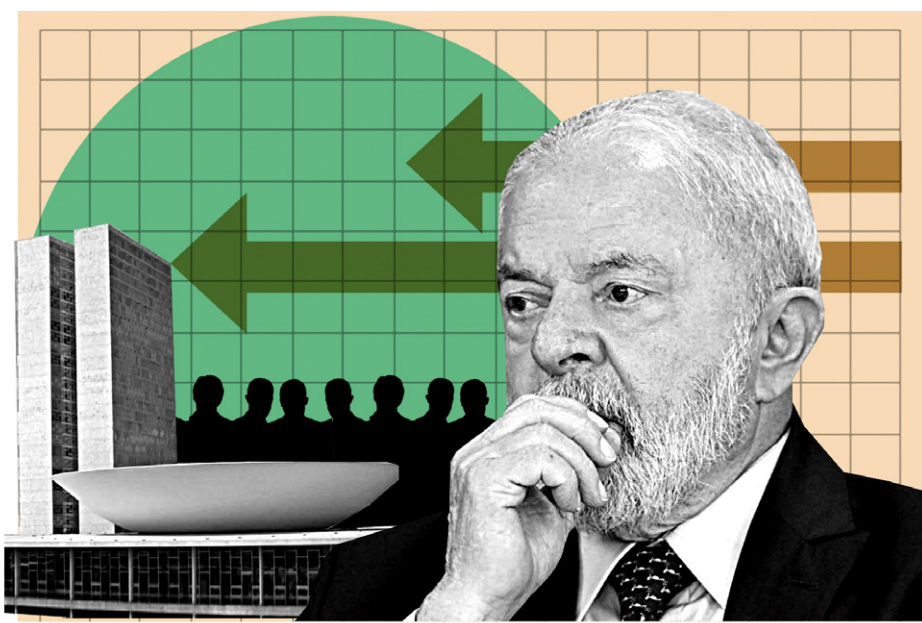
## Um sinal da falta de base

A ausência de representantes de peso de partidos aliados no evento do 8 de janeiro foi vista como um sinal das dificuldades que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá para montar uma base política sólida no Congresso, ainda que feche uma reforma ministerial neste mês. Os partidos a quem o PT deu suporte para comandar a Câmara dos Deputados, nesta legislatura, estão para lá de divididos. No caso do PP, embora Arthur Lira (AL) tenha ajudado o governo, o presidente da legenda, senador Ciro Nogueira (PI), não se cansa de dizer que, em 2026, estará na oposição. No caso do Republicanos, o presidente do partido e vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (SP), foi cobrado

a manter distância do Palácio do Planalto pela ala oposicionista.

» »

Além desses dois partidos, o fato de o PT ter dispensado o apoio a Antonio Brito (BA), do PSD, e a Elmar Nascimento (BA), do União Brasil, para presidir a Câmara, deixou as duas bancadas em modo de espera. Se não forem contempladas numa reforma ministerial, Lula dificilmente terá a metade dessas bancadas alinhadas ao governo. E ainda tem a guerra das emendas para temperar a relação do Palácio do Planalto com essas agremiações. A partir de fevereiro, a temperatura vai subir.



## CURTIDAS

**Federações e fusões/** A contar pela disposição dos partidos, a ideia de compor federações começará a cair em desuso. Há uma avaliação de que esse “casamento aberto”, com cada um dos líderes cuidando da sua bancada, só favorece os micros. Para os partidos maiores, ou se promove uma fusão ou nada.

**Vamos por partes/** O MDB, por exemplo, não quer se federar com ninguém. Se for para se juntar a alguém, será na forma de uma fusão com o PSDB e o Cidadania. Mas, primeiro, esses dois partidos terão que definir como fica a federação que montaram para as eleições de 2022.

Instagram pessoal



**O que vem por aí/** Especialistas estão debruçados sobre o texto da reforma tributária aprovado em dezembro pelo Congresso. O professor de direito da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, Rodolfo Tamanaha (foto), por exemplo, acredita que “a simplificação dos tributos não significará menos complexidade”. Para ele, um dos pontos positivos foi a criação de regimes específicos, como planos de saúde e bares e restaurantes. “Gera previsibilidade para esses setores, que têm particularidades e, por isso, poderiam ter dificuldades em seguir as regras gerais”, explicou.

## JUDICIÁRIO

## Mutirões para liberar mães

Ministro Gilmar Mendes determina que CNJ aumente os esforços a fim de tirar da cadeia presas com filhos menores de 12 anos

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concentre esforços na realização de mutirões carcerários para avaliar casos de mães presas de crianças menores de 12 anos. A decisão foi proferida por conta de um habeas corpus apresentado pela defesa de uma mulher presa por tráfico de cinco gramas de crack e mãe de uma menina de quatro anos.

O magistrado considerou o entendimento firmado pela 2ª Turma da Corte, que prevê o benefício a mães que têm filhos pequenos. Ao avaliar o caso, Gilmar decidiu substituir a prisão preventiva pela domiciliar. Ele considera que a quantidade de droga encontrada era ínfima e não estaria ao alcance da criança.

“A substituição da prisão preventiva pela domiciliar, nos termos apontados no HC coletivo 143.641, vai muito além de uma benesse à mulher alvo da segregação cautelar. A ideia é, por meio de tal flexibilização, salvaguardar os direitos das crianças que podem ser impactadas pela ausência da mãe. Por meio da medida, a ré permanece presa cautelarmente, mas passa a cumprir a segregação em seu domicílio, de modo a oferecer cuidados aos filhos menores”, observa a decisão do ministro.

Apesar do entendimento fixado pela 2ª Turma, o decano do STF ressaltou a existência de sucessivas decisões, nas instâncias inferiores, negando a concessão do benefício às mães que preenchem os requisitos legais. Por conta disso, o ministro determinou a realização dos mutirões carcerários.

“O objetivo da medida proposta é a revisão das prisões, a



**O objetivo da medida proposta é a revisão das prisões, a apuração das circunstâncias de encarceramento e a promoção de ações de cidadania e de iniciativas para ressocialização dessas mulheres”**

**Trecho da decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF**

apuração das circunstâncias de encarceramento e a promoção de ações de cidadania e de iniciativas para ressocialização dessas mulheres”, salienta Gilmar.

O juiz de origem deverá fixar a forma de cumprimento e fiscalização e poderá determinar novas medidas cautelares se achar necessário. Em 2018, o Supremo autorizou a substituição da prisão preventiva pela domiciliar de gestantes, lactantes e mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência. Segundo o relator da matéria, o ministro aposentado Ricardo Lewandowski, as mulheres estão sujeitas a situações degradantes na prisão.

Também foram citadas precariedades no acesso à Justiça das mulheres presas e questões sensíveis como separação precoce de mães e filhos e internação da criança com a mãe presa, mesmo quando há parentes disponíveis para cuidá-la.

Fellipe Sampaio /STF



» Arquivado inquérito contra sertanejo

A Justiça de Pernambuco arquivou, ontem, a investigação contra o cantor Gustavo Lima por lavagem de dinheiro de jogos ilegais e associação criminosa. Ele teve a prisão preventiva decretada no inquérito, mas foi revogada antes de ser cumprida. Gustavo era garoto-propaganda do site de apostas Vaidebet e investigado por transações suspeitas. A decisão também beneficia os empresários José André da Rocha Neto e Aislla Sabrina Truta Henriques Rocha, donos da Vaidebet; e Thiago Lima Rocha e Rayssa Ferreira Santana Rocha, donos da Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos. A juíza Andrea Calado da Cruz, da 12ª Vara Criminal, arquivou o inquérito a pedido do Ministério Público, após três representações para encerrar o caso por falta de provas.

## Bolsonaro troca defesa no Supremo

O criminalista Celso Vilardi assumiu, ontem, a defesa de Jair Bolsonaro nos casos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF). O advogado substituiu Paulo Cunha Bueno, até então à frente da defesa e que, apesar da troca, continuará atuando na equipe que assessora o ex-presidente. Vilardi é especialista em teoria geral do processo, o que representa que buscará brechas formais para tentar melhorar a situação de Bolsonaro na Corte.

Indiciado pela Polícia Federal (PF) pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa, o

ex-presidente aguarda uma denúncia considerada certa pela Procuradoria-Geral da República (PGR) sob a acusação de conspiração contra o sistema democrático para se defender das imputações perante o Supremo.

A PGR pretende apresentar mais de uma denúncia ao STF contra os 40 indiciados no inquérito do golpe. A ideia é dividir as acusações que atingem Bolsonaro, os generais da reserva do Exército Walter Braga Netto e Augusto Heleno, e outros 37 envolvidos no caso de acordo com os “núcleos” da organização criminosa.

Vilardi terá pela frente,

também, a defesa no caso da venda ilegal de joias presenteadas por chefes de Estado e de governo, que levaram ao indiciamento do ex-presidente pelos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Outro caso que está em fase de conclusão é o que investiga um esquema de falsificação de cartões de vacina contra a covid-19. Em março passado, Bolsonaro e outros 16 foram indiciados pelos crimes de associação criminosa e de inserção de dados falsos no sistema do Ministério da Saúde.

Outro processo é o que liga Bolsonaro à “Abin paralela” — esquema que teria sido montado

ilegalmente para atender a interesses políticos e pessoais de Bolsonaro e dos filhos. À frente estaria o hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), então diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O novo advogado assume, ainda, a defesa de Bolsonaro em mais três inquéritos: o que apura a disseminação de fake news, que tramita em segredo de Justiça; o que apura se o ex-presidente teria vazado documentos sigilosos do inquérito sobre as agressões contra ministros do STF; e o que investiga a interferência na PF, com o objetivo de beneficiar filhos em investigações.